

# POR QUE E PARA ONDE OS GUINEENSES ESTÃO MIGRANDO? Uma proposta de análise do estado da arte de estudos sobre migrações na Guiné-Bissau

Juliana Vitorino - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Mamadu Cissé - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## Resumo

Este artigo foi construído a partir da necessidade de sistematização e compreensão acerca das grandes tendências nos trabalhos que abordam a mobilidade humana da Guiné-Bissau. Partindo de uma contextualização histórica do país e de seus estudos sobre migração, criamos nexos teóricos e epistemológicos que guiaram e ainda guiam o entendimento sobre os deslocamentos humanos da Guiné-Bissau. A revisão sistemática de literatura foi o método escolhido e, assim, foi feita a coleta de mais de 60 títulos que forneceram dados de produções acadêmicas, de Organismos Internacionais e Estados. Este artigo tem como objetivo geral, descrever e analisar o estado da arte de estudos sobre processos da mobilidade dos guineenses. De forma complementar, buscamos também responder, por qual motivo e para onde os guineenses estão migrando.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; Estudos migratórios africanos; Migrações guineenses; Teorias migratórias.

## Abstract

This article was made by the need of systematization and understanding of the major trends in works that address human mobility in Guinea-Bissau. Starting from a historical contextualization of the country and its studies on migration, we created theoretical and epistemological links that guided (and still guides) the understanding about human displacement in Guinea-Bissau. The systematic literature review was the method chosen and, thus, more than 60 titles that provided academic productions data and official data of States and Organizations were collected and analyzed. The general objective of this article is to describe and analyze the state of art on Guinean mobility processes. In addition, we also seek to answer for what reasons and where Guineans are migrating.

**Key words:** Guinea Bissau; African migratory studies; Guineans migrations; Migrations theories.

# 1. Introdução: a Guiné-Bissau e outras dinâmicas migratórias

*“A história da humanidade é a história das migrações e de suas consequências”<sup>1</sup>*

Carlos Fouquet

Situada na Costa Ocidental africana e limitada ao Norte pela República do Senegal e ao Sul e Leste pela da Guiné-Conacri, tendo sua zona costeira totalmente abrangida pelo oceano Atlântico Sul; a Guiné-Bissau, hoje com cerca de 2 milhões de habitantes, é um território que, desde seus primórdios, esteve inserido nas rotas do dinâmico e circular movimento migratório desta sub-região africana. A propósito, o estudo sobre políticas públicas voltadas para a área das migrações no espaço da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) aponta que:

A migração na África Ocidental faz parte da sua história, cultura e do seu dia-a-dia. Atualmente oitenta e quatro por cento dos fluxos migratórios têm lugar dentro da região e contribuem assim para a integração regional e para reforçar ainda mais a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Esta migração sul-sul é sete vezes maior do que os fluxos migratórios de países do Oeste Africano para outras partes do mundo. (CEDEAO, 2016, p. 4).

Assim, tanto nas épocas que o país era parte do reino de *Kaabu* – vassalo do outrora imponente Império de Mali – quanto nos séculos que esteve sob a denominação da Guiné Portuguesa, isto é, durante a vigência do imperialismo colonial português, estas rotas migratórias nunca deixaram de existir, como diz Ângela Coutinho:

[...] entre as correntes migratórias para o continente africano, a que se dirigia para a Guiné-Bissau era

das mais antigas e que as ligações históricas entre os dois territórios explicam este fenômeno. Assim, havia não somente comerciantes cabo-verdianos na costa da Guiné desde o início dos contatos portugueses na região, na primeira metade do século XV, mas também funcionários públicos, [...]. (FURTADO, 1993, p. 73 apud COUTINHO, 2012, p. 6).

Em conformidade com estas dinâmicas sub-regionais e, de certa forma, globais, a Guiné-Bissau também tem sido palco de notáveis e complexos movimentos migratórios; isto se revela tanto no contexto interno com o fenômeno do êxodo rural ou superpovoação de certas regiões urbanas, quanto no aspecto externo que, por sua vez, envolve processos migratórios intra-regionais e internacionais, como apontam os estudos do Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (INE-GB):

...muitas movimentações, sobretudo das camadas mais desfavorecidas das populações do meio rural em direção aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida, sem falar dos indivíduos que optaram pela emigração, quer por motivos políticos, quer por razões econômicas (INE-GB, 2009, p.11).

No tocante à escala global e em conformidade com a realidade evidenciada pelos processos históricos da humanidade, nota-se que o passado/presente da humanidade, de fato, têm sido marcados pelas diversas e complexas mobilidades migratórias. A título de exemplo, lembramos a sempre citada povoação dos continentes, cujo início leva-nos aos deslocamentos de África para o resto do mundo há cerca de 20–60 mil anos<sup>2</sup>. Dito de outra forma, como já apontara Fouquet (2002), toda “a história da humanidade é a história das migrações e de suas consequências”.

Cabe, ainda, citar alguns dos grandes movimentos migratórios do século XV que tiveram lugar no continente africano e fora dela, como o expansionismo

1 FOUQUET, Carlos. (1974), *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808-1824-1974)*. São Paulo, Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais. [Apud V. BIVAR, cf. ref.]

2 Ver verbete de 2019 sobre a migração humana na enciclopédia online “Britannica Escola”. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/migração-humana/481905>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

européu que originou o tráfico transatlântico de escravizados, a emigração dos europeus para as Américas, os acelerados deslocamentos da segunda metade do século XX das ex-colônias africanas para países do novo mundo, agora independentes, e suas respectivas metrópoles coloniais europeias.

Desde os anos 70, a globalização neoliberal conduziu a uma desigualdade econômica e à centralização da riqueza e do poder nas mãos dos dominadores “países desenvolvidos” do Norte. Como resultado, fluxos migratórios históricos foram invertidos: brasileiros agora migram para Portugal, EUA e Japão (dentre outros destinos), enquanto argentinos e equatorianos migram para Espanha e Itália. (CASTLES, 2010c, p. 14).

Somada aos efeitos da globalização apontados por Castles (2014), esta ligeira inversão dos vetores migratórios pode ser explicada por outras razões históricas como o fortalecimento do velho corredor colônia-metrópole. Fortalecimento porque a liberdade da mobilidade entre as metrópoles e suas respectivas colônias era mais restrita nos períodos de vigência da dominação colonial. Algo que, convém notarmos, não foi totalmente diluído nem nos dias atuais, como colocado por Margarida Calafate Ribeiro no seu mais recente artigo:

O fim dos impérios ultramarinos europeus – com processos de descolonização muitas vezes pautados por conflitos armados e insurreições – foi trazendo para a Europa, ao longo das décadas de 60, 70 e 80, importantes fluxos populacionais, num processo marcado por deslocamentos, ambiguidades, integração, mas também fraturas, exclusões, segregação, invisibilidade, trauma e novas e complexas identidades – repatriados, *pieds noirs*, retornados, ex-combatentes das guerras coloniais, ex-colonizadores, ex-colonizados, refugiados das guerras civis, imigrantes. (RIBEIRO, 2019, on-line).

Assim, uma marca dos novos tempos é a diminuição de linhas de distanciamento, corredores e fluxos migratórios compostos por pessoas enfrentando as mais diversas situações e emergências. Além disso, está em curso

uma expansão dos elementos motivadores da mobilidade que precisam ser observados com muito mais cuidado para que os estudos levados a cabo no campo da Sociologia das Migrações ajustem suas precisões, especialmente, quando o objeto das discussões for o caso do continente africano, por conta das lacunas investigativas e particularidades deste continente que abordaremos mais à frente.

## 1.1. As Diretrizes que Fundamentam e Orientam este Artigo

Este artigo assinala o avanço de uma linha de pesquisa assumida em 2019, cuja agenda está centrada na abordagem sobre os processos migratórios da Guiné-Bissau no contexto das dinâmicas intra-regionais na África Ocidental. Uma das principais inquietações foi a constatação de uma grande tendência dos trabalhos disponíveis – dentro dos recortes que se propôs analisar naquela oportunidade – abordarem com mais frequência os deslocamentos migratórios para exterior do continente africano, concretamente para países europeus. O presente trabalho visa, em parte, formular noções quanto a consistência desta primeira constatação.

Outrossim, ficou explícito que embora a produção científica nacional tenha baixado de caudal, muito por conta do enfraquecimento das atividades da Revista Soronda, editada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau (INEP-GB), que vinha enfrentando dificuldades desde os anos pós-guerra civil de 1998<sup>3</sup> no país. Mesmo nesta conjuntura, houve um esforço contínuo para desenvolvimento de trabalhos acadêmicos voltados às migrações. Isto se deve não só as atividades dos pesquisadores e/ou universitários nacionais, mas também a estrangeiros e às

3 Sobre o conflito civil e militar e as migrações dali oriundas, vide: COSTA, Paulo Manuel; SOUSA, Lúcio. (2018), “40 Anos de Independências: Migrações forçadas e regimes de asilo nos PALOP (1975-2013)”, *Cadernos de Estudos Africanos*, no. 35: 89-108.

instituições universitárias internacionais, nomeadamente as de Portugal e Brasil. (cf. fig. 2).

O principal problema de não termos soberania sobre nossas próprias agendas de pesquisa reside no fato de que as entidades internacionais visam atender suas demandas por levantamentos estatísticos que possam facilitar o direcionamento de suas atuações. Como se deve imaginar, se por um lado esses *surveys* são excelentes em dados e informações consistentes recolhidas no campo; por outro, acabam trazendo pouco contributo para o debate teórico-epistemológico, uma vez que sempre têm foco virado para coleta de sensos que são mais facilmente quantificáveis e também são operacionalizados a partir da burocracia e modelos exógenos que visam subsidiar a atuação de seus financiadores supranacionais – União Europeia, FMI, OIM, UNFPA e outras agências da ONU constituem alguns exemplos.

Assim, este estudo encontra sua principal justificativa na necessidade de procurar compreender quais são as linhas gerais e grandes tendências nos trabalhos que abordam a mobilidade humana na Guiné-Bissau e como tem sido a evolução destes estudos, numa tentativa de identificar lacunas para futuras contribuições ou simplesmente pela necessidade de uma documentação consolidada do histórico das pesquisas, sendo que a revisão sistemática da literatura cumpre bem esse papel e espera-se que sua aplicação nos possibilite ilustrar um panorama preciso sobre o estado da arte deste campo e contexto de estudos.

## 2. Aportes Metodológicos Aplicados

Para operacionalizar os intentos deste artigo, primeiro, fez-se uma revisão teórica do conceito “migração” por meio de pesquisa bibliográfica que considerou levanta-

mentos de estudos tanto de ordem qualitativo quanto quantitativo ou até mesmo de métodos mistos. Com base nisso, lançamos olhar sobre as produções acadêmicas com autoria dos pesquisadores guineenses e estrangeiros, nomeadamente sobre quais métodos, teorias, categorias de análise, regiões, etc. são predominantemente utilizadas nestas produções. (cf. figs. 2, 3, 4 e 5).

Por fim, damos enfoque a forma que esta abordagem tem sido feita por parte das entidades governamentais nacionais e internacionais, propondo discussões acerca dos marcos legais tanto internos quanto externos. Este esforço foi necessário para viabilizar uma revisão de literatura abrangente sobre os estudos migratórios guineenses e, assim, compreender sobre quais bases poderão ser construídas novas explicações e propostas epistemológicas que avancem e aprofundem, com rigor e especificidade necessária, as agendas de estudos e pesquisas neste campo.

Por questões de exequibilidade, adotou-se o método comparativo de natureza explicativa na busca de possíveis nexos entre as linhas teóricas seguidas pelas fontes selecionadas e as chamadas “leituras teóricas mais recentes” (DURAND; LUSSI, 2015). Esta perspectiva buscou compreender os fatores e causas que motivam os fluxos migratórios em análise, sendo que os principais achados foram sintetizados no tópico “resultados” apontados pelas bibliografias lidas.

Através da revisão sistemática da literatura, partimos dos primeiros estudos e artigos seminais disponíveis que constituem fontes primárias sobre a migração dos povos autóctones que habitavam a região hoje correspondente à República da Guiné-Bissau. Posteriormente, utilizamos fontes secundárias de autores que embasaram nos primeiros trabalhos para expandir esse campo de estudos no país. Foi à luz destas bibliografias que elaboramos as cinco “tabelas síntese do estado da arte”, expondo as respectivas análises quali-quantitativas.

acerca dos conceitos, ideias e principais teorias em voga nos estudos migratórios guineenses.

A seleção dos textos para revisão sistemática consistiu em duas fases principais: na primeira foram destacadas questões como língua de publicação dos trabalhos – sendo que o português apareceu em quase totalidade dos casos – recortes espaciais e temáticos que estariam mais próximos de viabilizar respostas à nossa pergunta de partida, estes constituem os principais critérios de inclusão. Na segunda fase, procuramos aplicar os critérios de exclusão, descartando o máximo possível de contribuições que não tenham sido geradas nas pesquisas revista por pares, tanto que a maioria dos trabalhos utilizados são resultados de investigações para dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias, livros,

papers apresentados em eventos, artigos publicados em periódicos científicos e outros tipos de contribuições, nomeadamente estudos oriundos de instituições que encomendam censos para subsidiar suas atuações. (cf. fig. abaixo).

Para obtenção dessas fontes, foram realizadas buscas em sites de organizações, plataformas de revistas, bases de dados de periódicos e repositórios de instituições acadêmicas. Isto resultou na seleção de um número superior a 60 títulos. E como já foi mencionado, dentre as obras constam: teses, livros, dissertações, artigos científicos e de jornais, monografias, documentos oficiais, relatórios, etc. aos quais fizemos leituras e sínteses antes da redação do presente artigo.

Figura 1. Tabela síntese do estado da arte (nº 1) – Mapeamento dos tipos de fontes consultadas.

Tipos de fontes	Total em nº de ocorrências
Artigos	31
Monografias/Dissertações/Teses	9
Surveys/Relatórios/Documentos institucionais	8
Trabalhos em eventos científicos	8
Livros	7
<b>Total acumulado</b>	<b>63</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos títulos coletados durante a pesquisa bibliográfica.

Quanto a escolha das organizações, optou-se pela ONU/OIM, Observatório das migrações ACP, UA, CEDEAO e CPLP, por serem amplamente abrangentes e por nos proporcionarem o máximo de flexibilidade nos materiais disponíveis para consulta em seus domínios na internet. Como se vê, dentre estas organizações temos as de caráter sub-regional, continental, mundial e um que é intercontinental, porém sem a envergadura da ONU. Este é o caso da ACP que possui a vantagem de ser heterogênea e proporcionar uma análise menos macro do que a ONU/OIM e mais ampla do que CEDEAO ou UA, por exemplo.

A partir das colocações de Castles (2010c); Durand e Lussi (2015), percebe-se que as pesquisas desenvolvi-

das pela academia têm contribuído e orientado ações de governos e entidades que lidam com questões migratórias, como se viu nas contribuições das universidades e centros de pesquisas para subsidiar a elaboração das posições da África e América Latina nas negociações do “Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular” (BAENINGER, 2018; MAIYEGUN, 2019). O nosso estudo não está isento dessas pretensões e por isso julgamos ser pertinente a utilização das contribuições provenientes destas organizações que definem uma parte considerável de marcos legais dos fluxos globais das migrações.

No concernente ao nosso objetivo geral, que consiste em descrever e analisar o estado da arte de estudos sobre pro-

cessos da mobilidade dos guineenses, busca-se compreender se os estudos migratórios guineenses têm seguido a cartilha das grandes tendências globais – isto é, com foco em aspectos macro e viés econômico com guinada para teor sociocultural nos últimos tempos. Os estudiosos das migrações guineenses teriam adotado uma direção diferente desta? A confirmar-se, qual teria sido, então, o *modus operandi* presente nesses estudos? Em suma, buscamos responder, através da revisão do estado da arte dos trabalhos acadêmicos já produzidos, “Por qual motivo e para onde os guineenses estão migrando?”

### 3. O Nascimento de um Campo de Estudo: velhos problemas e novas formulações teórico-analíticas

Partindo da ideia de que as grandes transformações no percurso histórico da humanidade foram viabilizadas pelos processos de mobilidade dos seres humanos, pode-se dizer que a migração tardou para se formular enquanto um campo de estudos independente. Em comparação com estudos e autores clássicos das grandes áreas que hoje compõem as Ciências Sociais, as migrações foram negligenciadas enquanto objeto de estudo capaz de render debates teóricos e nexos empíricos por si só.

Em um *paper* apresentado no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), as cientistas sociais Sasaki e Assis (2000) apontam que autores como Malthus, Marx, Weber e Durkheim viam as migrações como uma simples consequência do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e urbanização. Na concepção destes clássicos, bastava resolver os problemas maiores – capitalismo, industrialização e urbanização – para sanear automaticamente uma das inquietações secundárias – as migrações.

As pesquisas acadêmicas sobre as migrações tiveram seus estudos introdutórios, segundo Almeida e Rosenfield (2018), nos primórdios do século XX, representando um marco que introduziu as primeiras contribuições teóricas acerca dos debates ligados às emigrações enquanto um campo de estudos autônomo das Ciências Sociais. Foi um marco essencial para o que mais tarde viria a ser chamado da Sociologia das Migrações.

Assim, segundo Fátima (2010), dos estudos de Ravenstein (1876, 1885), com estabelecimento de “As leis das migrações” na qual fala dos fatores de repulsão-atração<sup>4</sup> até a introdução das questões migratórias na agenda das Ciências Sociais, com o clássico estudo sobre “Camponeses emigrantes poloneses na Europa e na América” da autoria de William I. Thomas e Florian Znanieck, houve sempre um esforço pela compreensão dos complexos processos migratórios.

Retornando ao debate acerca das teorias, podemos considerar que elas estão divididas em dois grandes grupos, como foi exposto por Peixoto (2004): as Microsociológicas – apoiadas nas teses weberianas, dando mais ênfase ao papel do sujeito como autor para fazer leitura racional da realidade e decidir sobre sua mobilidade; e as Macrosociológicas, que privilegiam análises embasadas no impacto que os fatores coletivos podem exercer na decisão de um ser social migrar ou não, por conta disso o autor salienta que as influências da escola durkheimiana são mais usadas nesta última.

Dentre estas teorias, surgem as abordagens econômicas, que albergam operadores conceituais como: repulsão-atração, capital humano, mercado de trabalho e, de

<sup>4</sup> Ernest George Ravenstein foi um cartógrafo e geográfico germano-inglês que apesar de ter nascido na Alemanha, viveu na Grã-Bretanha onde produziu os seus estudos, justamente baseados nas migrações entre a Inglaterra e o País de Gales. Em 1876 defendeu as suas ideias na *Geographical Magazine* e mais tarde, em 1885 e 1889, no *Journal of Statistical Society*, estes estudos resultariam na elaboração do modelo de repulsão-atração – Push-Pull, do original em inglês – e na consequente produção do célebre e pioneiro estudo intitulado “The Laws of Migration”.

certa forma, a teoria do sistema mundo. Por seu turno, as visões sociológicas, que mais têm incorporado os aportes pós-coloniais, tomam como decisivos os fatores de ciclo de vida, trajetória social, instituições sociais, redes migratórias, laços étnicos e sociais.

Perante este debate, a nossa preferência recai na abordagem pós-colonial por esta ter introduzido mais variáveis a serem consideradas e também porque é a corrente que incorpora melhor as “leituras teóricas mais recentes” para entendimento do movimento migratório. Esta escolha se justifica a partir do entendimento de que em uma análise sociológica, quanto mais dimensões de um dado fenômeno forem ponderadas, fica-se mais próximo da “compreensão total” de sua complexidade.

Como nos foi evidenciado pelos estudos do Castles (2010c), Durand e Lussi (2015), PNUD (2009) citado pela Arieche kitiane (2012) e vários outros, o interesse pelos estudos migratórios tem crescido em níveis acelerados, e isto se comprova pelo exponencial aumento dos centros/grupos de pesquisa, cursos específicos da área em diversas universidades, criação de diversos *think tanks* com foco em debates migratórios, eventos científicos e revistas que têm contribuído para o aprofundamento destas discussões em várias redes transnacionais de produção e compartilhamento de conhecimentos marcados por uma forte interdisciplinaridade entre as mais diversas áreas das Ciências Sociais.

Esta dinamicidade pautada numa abordagem interdisciplinar tem permitido interessantes debates teórico-empíricos. A própria Sociologia das Migrações teve seu advento ligado a produção, acúmulo e compartilhamento de saberes entre diversas tradições disciplinares nas Ciências Sociais e Humanas, tais como: Antropologia, Ciência Política, História, Demografia, Economia, a própria Sociologia e dentre várias outras áreas. (MONSMA; TRUZZI, 2018).

Com isso, pretendemos buscar uma pluralidade de enfoques ao desenvolver estudos sobre as migrações e não apenas aquele restringido num olhar macro que passa a sensação de que a dinâmica migratória predominante é aquela que concentra seus vetores para o Ocidente. Estas narrativas, por vezes, podem servir de retórica para legitimar um discurso que aponta aquela região como invadida e ameaçada pelos migrantes, abrindo espaço ao interesse político-ideológicos que visam incrementar políticas securitizadoras no agenciamento das migrações. Já os dados apontam que o quadro mencionado acima é uma tentativa de subvalorizar a forte circularidade das migrações no Sul global, como aponta o estudo da CEDEAO (2016), entre 75-80% de toda mobilidade da África subsaariana ocorre entre países africanos, sem mencionar os fluxos latino americanos ou asiáticos.

Hodiernamente, nota-se que as teorias macroeconômicas têm apresentado limitações em produzir explicações suficientes perante a complexidade que as migrações assumiram no contexto atual, analisando o momento pelo qual passam as teorias clássicas, Massey, Arango, Hugo, Kouaouci, Pellegrino e Taylor (2005, p.3) citados pelo Castles (2010c, p.12), concluem que:

Os conceitos teóricos, agora empregados pelos cientistas sociais para analisar e explicar a migração internacional foram elaborados, inicialmente, na era industrial e refletem seus regimes econômicos particulares, suas instituições sociais, tecnologia, demografia e políticas... A abordagem clássica entrou agora em um estado crítico, desafiado por novas ideias, conceitos e hipóteses.

Em decorrência disso, surge a necessidade dos estudos das migrações nos nossos dias serem interdisciplinares e diversificados em termos de análises, apropriando-se dos aportes teórico-empíricos

pós-coloniais que sugerem um campo de variáveis mais amplo que, conseqüentemente, estarão mais próximas de entender a complexidade do processo, na medida que consideram questões da diversidade cultural, identidade, gênero, religião, geração, tradição, raça, classe e/ou estrato social, dentre outros (PATARRA, 2006; CASTLES, 2010c; DURAND; LUSSI, 2015). (cf. fig. 5).

### 3.1 Ponderação Teórica versus Imediatismo das Atuações Políticas

Na contramão dos debates acadêmicos, as visões securitizadas, alarmistas e imediatistas de governos nacionais e certas organizações internacionais<sup>5</sup> que lidam com questões da mobilidade humana têm dado pouca atenção e talvez até podem afetar o real contributo que as análises teóricas são capazes de agregar para o atual contexto das migrações.

Num *paper* publicado na revista *Lua Nova*, Brancante e Reis, (2009, p. 3) colocam que a securitização das agendas migratórias é “o processo político e intelectual de identificação de um objeto como ameaça, concluindo, assim, que o assunto deve passar a constar no domínio (e na agenda) da segurança”. Em outras palavras, poderíamos mobilizar os conceitos do Michel Foucault para compreender que ela consiste na operação em que os órgãos estatais decidem – por meio de modelos seletivos baseados em biopoder e biopolítica (FOUCAULT, 1997; 1999) – que pessoas/grupos são bem-vindos/nocivos para suas sociedades.

5 Organizações Internacionais (bem como suas agências ou agentes globais) que intervêm na abordagem às migrações, são, para os efeitos deste artigo, entendidas enquanto um conjunto de entidades, na sua maioria transnacionais, instituídas para servirem de suporte aos órgãos estatais e instituições internacionais na condução da mobilidade humana. Dentre os quais podemos citar a OIM, ACNUR, UNFPA, FRONTEX e outras organizações de integração sub-regional e continental – vide OEA, MERCOSUL, UNIÃO AFRICANA, SADC etc. – que têm departamento internos responsáveis por assuntos migratórios.

Neste sentido, Avtar Brah<sup>6</sup> já chamava atenção, desde 1996, sobre os perigos que surgem a partir do momento que certas concepções cristalizadas do nacionalismo se apropriam das noções de raça, nação e identidade étnica, constituindo uma poderosa arma para rechaçar tudo o que é estrangeiro, por extensão imigrante.

Vale exemplificar o caso da securitização das migrações ocorrido durante a constituição das pastas da nova comissão europeia<sup>7</sup> eleita em maio de 2019, onde foi proposto a criação de um órgão sob denominação de “Proteger nosso estilo de vida europeu” e que irá coordenar os assuntos de “segurança” e “migrações”, fato que suscitou muita polêmica e denúncias, originando a troca da palavra “proteger” por “promover” numa clara postura de mea-culpa e tentativa de minimizar os prejuízos políticos do que uma atuação que preze pela mobilidade segura, regular e ordenada.

De modo análogo, Castles (2010c, p. 14), vai apontar que “os governantes enxergam a migração como um problema a ser resolvido, de preferência buscando formas para evitar que os migrantes abandonem suas terras de origem” como sucede em casos de financiamento de postos de controle e barreiras que entidades e Estados, como União Europeia e EUA, vêm construindo nos países de origem e trânsito das rotas migratórias, adotando políticas e tentativas de impor controle e inibição de mobilidade humana. Ao contrário dos migrantes serem providos acolhimento e integração, eles são vistos como elementos nocivos à segurança desses Estados.

Em síntese, deve-se entender que as migrações são anteriores aos Estados e seus respectivos marcos legais vigentes, logo, ela é um direito natural, por isso que os

6 Mapeando a diáspora: Identidades em questão, do espanhol “Cartografias de la diáspora: Identidades en cuestión” é um livro da Avtar Brah, reeditado em 2011 pela editora espanhola Traficantes de Sueños-Mapas. Ele foi publicado pela primeira vez em 1996, pela editora britânica Routledge.

7 Para ler esta matéria na íntegra, acesse a notícia sobre “mudança de nome da pasta polêmica” do dia 13 de novembro de 2019, publicado no portal de notícias “SAPO24”. Disponível em: <<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/o-estilo-de-vida-europeu-vai-ser-promovido-em-vez-de-protegido-comissao-europeia-muda-nome-de-pasta-polemica>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

grandes pactos dedicados a governança migratória global têm o desafio de incorporar os aspectos micro e a própria opinião construída a partir da cosmovisão dos migrantes. Em outras palavras, as políticas migratórias são projetadas a partir de olhares e interesses unilaterais, descartando o elemento humano. O desafio contemporâneo segue sendo o de aliar os âmbitos individual e coletivo como locais de interação/integração de vários mundos e dimensões que afetam os sujeitos migrantes.

## 4. Contextualizando o Histórico das Produções Acadêmicas sobre os Processos Migratórios na Guiné-Bissau: uma tentativa de propor um mapeamento dos estudos

Antes de avançarmos para o contexto guineense em específico, é importante explicitar de que forma será entendido e interpretado o conceito de migração. Para além da ampla gama de concepções que ainda alimentam intensos debates, neste trabalho, adotaremos as formulações da Arieche Lima (2012), segundo qual as migrações constituem processos sócio-históricos da saída de um lugar para outro – não necessariamente envolvendo países diferentes – que pode durar por intervalos de tempo variados, cujas motivações/condicionantes podem advir dos mais diferentes fenômenos que operam tanto nos lugares de origem, quanto nas sociedades de destino.

Levando em conta os marcos histórico-temporais observados antes e depois da independência da Guiné-Bissau<sup>8</sup>, demarca-se, também, um antes e depois na produção intelectual guineense. Assim, esta sessão está dividida em três partes: período pré-indepen-

dência com as publicações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, período pós-independência com as pesquisas desenvolvidas pelo INEP-GB e finalmente nos focaremos nas produções hodiernas feitas por pesquisadores nacionais e estrangeiros espalhados por diversas universidades e centros de estudos sediados, principalmente, onde se tem as maiores concentrações da diáspora intelectual guineense – Brasil e Portugal respetivamente. (cf. fig. 2).

### 4.1 Os três grandes marcos periódicos e as primeiras instituições nacionais de pesquisa

Os primeiros registros que se tem sobre estudos dos processos inerentes à mobilidade humana no contexto guineense datam-se aos anos finais do primeiro meado do século XX, nomeadamente com as atuações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa que através da sua revista científica – Boletim Cultural da Guiné Portuguesa<sup>9</sup> – publicou 111 números durante quase três décadas, entre 1946 e 1973.

Predominantemente, aquelas produções faziam retratos sobre os movimentos migratórios e censos populacionais<sup>10</sup> para fins essencialmente administrativos, tais como: circunscrição civil, fiscal e eclesiástico, sendo também utilizados para determinação da distribuição geográfica dos diferentes grupos sociolinguísticos que compunham o território na altura. Era frequente a utilização de termos como população não civilizada para se referir aos autóctones ou folclore, quando se fazia

8 O período pós independência abarca, também, outro marco sensível na história da Guiné-Bissau, que é o conflito civil-militar de 1998, período importantíssimo para a análise das migrações recentes no país.

9 De acordo com o portal de acervos históricos: “Memórias da África e Oriente”, mantido pela Universidade do Aveiro, em Portugal, o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, “órgão de Informação e Cultura da Colónia”, foi criado pelo então Governador da Colónia, Sarmento Rodrigues, em 21 de julho de 1945, conforme portaria publicada no primeiro volume. Deixando de exercer suas atividades em 1973 com o processo da independência da Guiné-Bissau e consequente expulsão das autoridades coloniais. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/BCGP.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

10 O autor que mais frequentemente publicou estudos sobre migrações, mobilidades e fluxos e censos populacionais no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa era o português António Carreira (1952, 1953, 1959, 1960, 1961, 62, 1969).

referência aos seus sistemas culturais. Portanto, o viés etnocêntrico era nítido.

Neste quadro, convém pontuar que estes estudos eram essencialmente da autoria dos historiadores, antropólogos, sociólogos, naturalistas e demais pesquisadores portugueses cuja afiliação teórica-política era fortemente marcada por um cunho positivista e eurocêntrico, sendo sempre orientados a gerar aportes que pudessem subsidiar e legitimar a aplicação das políticas e agenciamento dos interesses imperialistas do então Estado Ultramarino e colonial português.

Contudo, eles tiveram contribuições com relevância e rigor científico válido para os padrões da altura, o que possibilitou a criação – com bastante fôlego – de um corpus empírico-teórico de estudos que pudessem gerar informações e conhecimentos para compreensão do complexo mosaico sócio étnico da então Guiné Portuguesa. Embora tenhamos apontado críticas com ímpeto necessário aos vieses presentes naquelas pesquisas seminais; cumpre citar que a existência dos primeiros registros da composição social e demográfica do país se deve àqueles autores, estudiosos e empregados de órgãos afetos à burocracia do então regime colonial.

O segundo momento fora marcado pela criação do INEP<sup>11</sup> em 1984, com missão de dar continuidade as pesquisas no campo das Ciências Sociais e naturais, editando a Revista Soronda que publicou vários artigos que também debatiam os movimentos migratórios ocorridos desde os primórdios períodos da escravização transatlântica (séc. XVI) até aos primeiros anos do século XXI, passando pelo período colonial. Dentre estes trabalhos, podemos destacar o estudo sobre os primeiros escravizados da região da Guiné trafica-

dos para Cuba – David González (1995), as abordagens e dossiês que revisitaram os censos coloniais da sociedade camponesa autóctone – Soronda (1991) e Rui Ribeiro (1986), as problemáticas das mobilidades internas perante o projeto desenvolvimentista – Faustino M'Bali (1989) e mais recentemente cabe citar as contribuições do Fernando Leonardo Cardoso (2002) acerca dos movimentos migratórios e sua contextualização espacial e temporal na Guiné-Bissau.

Numa época fortemente marcada pelo avanço de literaturas que contestavam as narrativas eurocêntrico-coloniais, reivindicando um sistema de saberes e agendas de pesquisa endógenas. A criação do INEP-GB seguiu a tendência das teorias pós-coloniais que estavam em voga e representou uma tentativa de inverter a lógica da “colonialidade do saber” até então presente nas pesquisas desenvolvidas pelo antigo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa que eram publicados pelo, agora, extinto Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Embora tenha preservado as produções deste último – adicionando toda documentação produzida durante o período colonial ao acervo do Arquivo Histórico Nacional (AHN) – o INEP-GB sempre esteve alinhado a um projeto epistemológico endógeno, combativo, decolonial e demarcadamente crítico.

Suas pesquisas apontam que antes destes primeiros registros, em períodos mais longínquos, já se tinham pistas e conhecimentos de movimentos migratórios tão dinâmicos quanto aqueles registrados durante a imposição da estrutura colonial, como demonstra os casos da expansão político-religiosa dos grupos etnolinguísticos Fulas e Mandingas – nômades originários do Império do Mali e dos Reinos de Kaabu e Futa Djallon – para atual território da Guiné-Bissau, obrigando as agremiações etno-sociais que ali residiam, Mancanhas e Manjacos, a migrarem para Senegal e mais recentemente para França (CÓ, 2002; GOMES, 2010; ABREU, 2011). Talvez esta longa e histórica experiência migratória explique a

11 Criado pelo governo da Guiné-Bissau, através do decreto n.º 31/84, de 10 de novembro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) tem como principal atribuição – segundo a plataforma “Casa Comum” da Fundação Mário Soares – promover a investigação nos domínios da Ciências Sociais e Naturais. Disponível em: <[http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7284#le\\_7284/t\\_info](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284#le_7284/t_info)>. Acesso em: 23 fev. 2020.

predominância dos Manjacos entre os grupos etnolinguísticos guineenses que mais migram para o exterior.

O terceiro período ocorreu já hodiernamente, nas duas primeiras décadas deste século, sendo marcado por uma grande diversidade de abordagens tanto empíricas quanto teóricas, na medida que mais recortes espaciais passaram a constituir objetos de estudos como também houve uma grande diversificação e avanço no que diz respeito aos aportes teóricos. (cf. figs. 2 e 5).

## 4.2 Os quatro principais momentos/fases de registros bibliográficos sobre fluxos migratórios

Após abordar os três grandes períodos das instituições e sujeitos pesquisadores que nos possibilitou traçar um panorama geral das bibliografias acerca dos fluxos migratórios guineenses. Agora pretende-se detalhá-las em quatro momentos. Cumpre salientar que estas divisões foram criadas para facilitar a exposição sequencial das informações e achados da revisão sistemática da literatura. Portanto, não constituem postulados unânimes ou abordagens presentes nas bibliografias dos pesquisadores deste assunto.

Os primeiros movimentos migratórios dos povos que compunham o território da atual República da Guiné-Bissau deram-se por volta do século XII, sendo que tinham uma característica essencialmente nômade que gerou um encontro conflituoso entre os diversos grupos sociolinguísticos que constituíam esta região Oeste africana. Pelas contribuições do historiador Davidson Arrumo Gomes (2010) e sociólogo João Ribeiro Butiam Có (2002), as maiores informações de que se têm registro reportam que estas mobilidades foram provocadas no âmbito da expansão dos Mandingas do então Império do Mali para Guiné-Bissau, obrigando as restantes etnias que ali viviam a deslocarem-se disper-

samente para o que são hoje as vizinhas Repúblicas da Gâmbia e do Senegal.

Num segundo momento, já com a presença dos colonizadores portugueses, existem relatos documentais, que remontam do século XVI, sobre tráfico dos escravizados guineenses para as ilhas africanas e caribenhas de Cabo-Verde e Cuba respectivamente, (GONZÁLEZ, 1995; GOMES, 2010). Um importante estudo genético desenvolvido por Rita Antunes dos Reis (2014) corrobora esta ideia que aponta pela existência destes dois movimentos citados anteriormente ao evidenciar que os nativos cabo-verdianos possuem uma herança genética dos guineenses, permitindo inferir que existem traços ancestrais que mostram a ocorrência de uma espécie de miscigenação que reafirma a forte ligação desses dois territórios desde os tempos mais remotos<sup>12</sup>.

Ainda no âmbito do período colonial português, as Guerras de Pacificação<sup>13</sup> e a repressão do sistema colonial que destruíram as estruturas sociais dos povos autóctones causaram movimentos migratórios dos guineenses para países da sub-região, como Gâmbia, Senegal, Mauritânia e Guiné-Conacri. Com a independência deste último em 1958, este movimento se intensifica, servindo não só de refúgio para a população guineense como também de uma importante base militar do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC) na luta contra o sistema colonial português. Esta luta constituiu o objetivo principal da fundação do PAIGC, em setembro de 1956, por revolucionários guineenses e cabo-verdianos, mais uma vez se evidencia os laços da mobilidade circular que unem os povos destes territórios.

12 FURTADO, Claudio *apud* COUTINHO, Ângela. Op. Cit., p. 1.

13 Segundo Artemisa Monteiro (2011), as campanhas de Pacificação e Ocupação, ou simplesmente Guerras de Pacificação, foi um conjunto de operações militares, conduzidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras duas décadas do XX pelas forças armadas portuguesas nas colônias africanas de Portugal. Estas ofensivas visaram consolidar a divisão territorial formalizada na conferência de Berlim (nov. 1884- fev. 1885), garantindo a total submissão dos povos autóctones em relação à autoridade colonial.

Para além destas dinâmicas que estavam ocorrendo no cenário das mobilidades intra-regionais, existia uma afinidade política-ideológica entre os movimentos independentistas africanos, os Estados do antigo bloco socialista soviético e outros países comunistas. É neste âmbito que da década de 60 até 90 do século XX vão surgir registros de um importante fluxo internacional de migração estudantil, militar, de técnicos e profissionais de outras áreas para União Soviética, Cuba, República Democrática da Alemanha, Romênia, Bulgária, Argélia etc. (MACHADO, 1998; TCHAM, 2012). A formação destes quadros técnicos visava dar suporte aos desafios diplomáticos da luta de libertação nacional e também suprir a falta de acadêmicos no período subsequente à independência, uma vez que o país não tinha nenhuma instituição de ensino superior até àquela altura.

Após a luta de libertação nacional e consequente expulsão dos colonizadores portugueses, acontecimentos que vão resultar na independência da Guiné-Bissau em setembro de 1973, surge uma terceira fase das migrações guineenses que João Ribeiro (2007) vai chamar de migrantes retornados ou luso-guineenses na concepção do Fernando Machado (1998). Na verdade, os dois autores se referem a mesma categoria dos migrantes que, por volta de 1975-1985, repatriaram-se para a metrópole colonial em busca de seus progenitores ou simples familiares e outros ainda não tinham ligações *jus soli* e nem *jus sanguinis* com Portugal, mas seguiram esta tendência migratória, verificada na maioria das ex-colônias europeias<sup>14</sup>, por serem ex-funcionários, policiais, militares ou agentes auxiliares do regime colonial na antiga Guiné Portuguesa.

Posteriormente, e em alguns casos concomitantemente à migração dos repatriados, algumas bibliografias apontam o golpe de estado militar de 1980<sup>15</sup>, em conjugação

com o conflito civil e militar de 1998 e repulsão socio-econômica<sup>16</sup> como sendo elementos que vão motivar a primeira grande onda migratória internacional dos guineenses propriamente ditos, este grupo incluía profissionais liberais afetados pela crise econômica, pessoas de classe média e média-baixa. Já em Portugal, esta mão de obra fora absorvida pelas demandas dos setores de construção civil, empreendimentos públicos e empregos terceirizados em geral<sup>17</sup>.

No contexto intra-regional, o Senegal e a Gâmbia sempre representaram uma dimensão chave para compreender a mobilidade dos guineenses, uma vez que a porosidade das fronteiras e as proximidades histórico-culturais entre as populações das cidades limítrofes permitiram o reaparecimento de fluxos ligados à outras épocas da migração guineense – como aquela ocorrida com os Manjacos e Mancanhas a quando da expansão do Império do Mali. Desta vez tinham Fulas e Mandingas que desde século XVII intensificaram suas mobilidades por aquelas regiões. Segundo João Ribeiro (2002), este fato teve sua origem ligada às questões religiosas, étnicas, familiares e culturais. Convém pontuar o papel relevante que as organizações de integração sub-regional e internacional – tais como CEDEAO e CPLP, por exemplo – tiveram a nível da desburocratização de alguns processos inerentes à livre circulação de bens, serviços e pessoas, como também pontua Gomes (2010). Pela pertinência e amplitude de suas atuações, iremos retomar e aprofundar a abordagem à estas duas organizações no próximo tópico.

"Nino" Vieira. Veja a história na íntegra em: <<https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-primeiro-golpe-de-estado-foi-h%C3%A1-39-anos-/5166299.html>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

16 A crise econômica nos finais da segunda metade do século XX na Guiné-Bissau foi provocada pelos fracassos dos programas de ajustamento estrutural da década de 80 do século passado propostos pelas instituições do *Bretton Woods* que estagnaram a economia, a capacidade e agilidade de resposta da administração estatal em relação as demandas e desafios que os problemas sociais colocavam.

17 Estas contribuições podem ser encontradas com mais aprofundamento nas pesquisas do Machado (1998); C6 (2011); Abreu (2011); Costa (2016).

14 RIBEIRO, Margarida Calafate. Op. Cit., p. 2-3.

15 Em 14 de novembro de 1980, o primeiro presidente do país, Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral, foi derrubado por um golpe de Estado que seria o primeiro na história da Guiné-Bissau; foi encabeçado pelo então comissário principal da república, hoje correspondente ao primeiro-ministro,

A predominância dos migrantes Mancanhas e, essencialmente, Manjacos na França pode ser explicada pelos antigos movimentos que este grupo etnolinguístico fazia para Senegal que posteriormente passou a ser utilizado como trampolim para entrar na França (ABREU, 2011). Isso demonstra a forte ligação deste grupo migratório com questões étnicas, familiares e socioculturais em geral, uma vez que esses primeiros migrantes já tinham parentes com redes formadas na Europa, lhes tornando mais fácil a possibilidade de migrarem para lá também. Perante isto, salienta-se a pertinência de adicionarmos os fenômenos de rede, que são essencialmente socioculturais, às teses neoclássicas que concentram seus argumentos numa migração movida por racionalidade e uma avaliação do custo benéfico movidos pelos fatores *push-pull*, na medida que não são auto excludentes e a conjugação deles nos permitiria aprimorar a precisão das leituras e ampliar a compreensão do fenômeno.

Numa quarta e última fase das migrações guineenses retratadas pelas bibliografias selecionadas, podemos destacar a dispersão dos grandes centros que concentram a diáspora guineense citadas anteriormente (ABREU, 2011) e a retomada da migração estudantil que se tornou mais diversificado com relação aos países de destino. Vale também pontuar que a diáspora estudantil trouxe um ponto de virada importante no que concerne aos recortes temporais, espaciais e do próprio público alvo desses estudos. Com efeito, assuntos como migração futebolística (CEITIL, 2017), por questões da saúde (HENRIQUES, 2010), o retrato da condição feminina enquanto emigrante (IMPANTA; SUBUHANA, 2016; BORGES, 2010; GODINHO, 2010), passaram a fazer parte das novas contribuições trazidas para os estudos sobre as migrações guineenses.

Um dos resultados dos fluxos migratórios mais recentes a qual nos referimos na quarta fase, é sem

dúvida o aumento exponencial do contingente dos migrantes guineenses no Brasil, que passou de uma média de 30-35 entradas anuais nos princípios do século para um valor médio de 400-450 entradas por cada ano civil<sup>18</sup> em 2017.

Brevemente, cabe citar dois elementos que podem explicar este aumento: o primeiro é respeitante ao fato de que o estreitamento da cooperação multi e bilateral – ocorrido principalmente na primeira década e meia do séc. XXI – nas áreas da educação entre o Brasil e os PALOPs contribuiu imensamente pela presença cada vez mais massiva do público estudantil oriundo da Guiné-Bissau (TCHAM, 2012; SILVA, 2016).

Outrossim, é quase uma certeza postular que os dados da estatística acima devem estar um pouco subestimados uma vez que só constam dela dados oficiais das autoridades brasileiras, não tendo, provavelmente, entrado para os registros as pessoas que se encontram no país em situação indocumentada, por exemplo, sendo que este fato se verifica ainda mais nos migrantes laborais e menos entre o público estudantil.

Se por um lado os estudos disponíveis até à fase anterior davam mais ênfase as migrações de caráter laboral, às possíveis contribuições – materiais e imateriais – dos migrantes para o tão almejado processo de desenvolvimento nacional, o dilema da fuga de cérebros, os desafios da integração destes migrantes trabalhadores e seus modelos de associativismo e organização<sup>19</sup>. Por outro, o crescimento em número e a diversificação dos espaços que acolhem as diásporas estudantis representaram uma ruptura com este modelo, na medida que forneceram subsídios teóricos e empíricos que levantam questionamentos acerca da sua própria condição

18 Dados extraídos do Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRES) e Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP; cuja compilação aparecem no artigo da (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2019).

19 Para uma pormenorização dos assuntos de pesquisa citados acima, consultar: Có (2002, 2004, 2007, 2011); Machado (2003); Abreu (2011); Indequi (2012); Costa (2016).

de estudantes no estrangeiro, dentre estas inquietações podemos destacar duas delas:

Com efeito, neste exercício de reflexão, (1) – caberia problematizar como se tem efetuado a massiva migração dos estudantes guineenses? (2) – E, olhando para os resultados e importância deste tipo específico de mobilidade, também nos despertou atenção observar como a nossa produção acadêmica mais difusa tem sido majoritariamente suportada pelos estudantes no estrangeiro. (cf. fig. 2, abaixo).

A intenção aqui não passa por dar uma resposta cabal a estes questionamentos, uma vez que elas podem continuar constituindo objetos para próximas pesquisas ou até subsidiar mais debates correlatos. De uma forma breve, cumpre colocarmos duas tentativas breves que possam servir de pistas para discussões com vistas a busca por respostas, mesmo que sejam provisórias.

A primeira delas afirma que estes jovens continuam tendo necessidade de cursar faculdades no exterior por conta da quase inexistência de ensino superior público, gratuito e de qualidade no país. A segunda justificativa aponta que com o enfraquecimento do nível de produtividade do INEP-GB, principal órgão de fomento e

financiamento da pesquisa a nível nacional, as instituições de ensino superior não têm tido capacidade suficiente para manter um alto padrão e fluxo das atividades de pesquisa. Contudo, tem tido muitos esforços de acadêmicos locais e os que retornaram ao país no sentido de promover eventos científicos e demais atividades inerentes à pesquisa para os estudantes das poucas instituições de ensino superior existentes no país.

Em decorrência disso, não fica difícil deduzir a nossa dependência das universidades, centros/grupos de pesquisa e *think tanks* estrangeiros, principalmente brasileiros e portugueses. Talvez o elemento positivo desta fuga de cérebros seja a preocupação que estes estudantes guineenses no estrangeiro continuam tendo com relação a desenvolvimento de pesquisas que contribuam para uma melhor compreensão da realidade política, econômica, sócio-histórica e, no que a este artigo diz respeito, migratória. Essas pesquisas voltadas para as sociedades de origem geram contribuições relevantes para a definição do corpus teórico-empírico e epistemológico dessas áreas na Guiné-Bissau. Isto tem garantido a manutenção de um debate acadêmico interessante, além de despertar interesse e fornecer subsídios para pesquisadores e entidades estrangeiras que estejam interessados em desenvolver investigações sobre o país.

Figura 2. Tabela síntese do estado da arte (nº 2) – Distribuição dos textos lidos pelas regiões que foram publicados.

Local da publicação ou sede das instituições	Total em nº de ocorrências
Lisboa, Portugal	19
Brasil	18
Bissau, Guiné-Bissau	13
Dacar, Senegal	4
Alemanha	2
EUA	2
Madrid, Espanha	1
Paris, França	1
Praia, Cabo-Verde	1
Reino Unido	1
<b>Total acumulado</b>	<b>62</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados analisados na pesquisa.

### 4.3 As Atuações dos Órgãos Estatais e Agências Internacionais: um retrato das migrações guineenses a partir desses espaços

Os princípios da década de 90 do século XX foram marcados pelo maior deslocamento internacional já visto até àquela época na história da migração guineense e também tinham movimentos remanescentes do período dos retornados ou luso-portugueses<sup>20</sup>. Este quadro faz parte da já citada terceira fase dos processos migratórios guineenses. Com efeito, esta realidade constitui a principal justificativa que vai motivar a criação do Instituto de Apoio ao Migrante em 1990, que dentre outras finalidades lhe fora atribuída as funções de acompanhar os processos de integração destes, tanto nos países de destino quanto no momento da reintegração na sociedade nacional, facilitando os investimentos por meio da abolição de algumas taxas bancárias e aduaneiras sobre suas remessas.

Como nos é reportado por João Ribeiro (2002), a missão do instituto fora dificultada pelos poucos meios e efetivos humanos que o governo alocou para esta finalidade. Com estas dificuldades, o órgão focava pouco em diminuir as dificuldades sociais e barreiras culturais ou até mesmo desafios de rejeição e hostilidades que os migrantes enfrentam no estrangeiro. Perante esta ausência de assistência estatal, as redes associativas dos migrantes na diáspora atuaram várias vezes e ainda atuam como entidades de amparo e acolhimento dos seus conterrâneos.

Em outras ocasiões, o governo guineense teve atuações pontuais com vistas à gestão dos fluxos migratórios, tendo demonstrado isso no seu Documento Quadro de Parceria com o governo francês (DCP, 2008), onde apareceram questões como migração clandestina e dis-

suasão dos outros fluxos migratórios, tudo isso atrelado as pautas da segurança – algo polêmico nos atuais debates migratórios justamente por transmitir o entendimento de que os migrantes, de alguma forma, ameaçam a segurança dos Estados<sup>21</sup>. Já no mais recente programa governativo, nota-se claras referências às tentativas que visam facilitar a integração destes nas sociedades do destino e o governo assumiu a manifesta vontade de criar novas entidades estatais e fortalecer as que já atuavam nas pautas migratórias. (GUINÉ-BISSAU, 2019).

Na prática, as posições do Estado guineense têm sido resumidas nestas duas variáveis: primeiro, fazer apelos mais vinculados com vistas a dissuasão dos grandes movimentos migratórios e principalmente aquele protagonizado de forma clandestina. De vez em quando surgem chamados à classe profissional, técnicos e intelectuais e, quando não o conseguir, assume a segunda postura que é mais atenuante e consiste em apelar para a contribuição destes no processo do desenvolvimento nacional por meio de suas remessas, e não por raras vezes, tem lançado advertências no sentido do retorno dos migrantes para atuarem no país, essencialmente os de caráter estudantil.

Porém, acontece que as realidades das dinâmicas migratórias não são totalmente passíveis de controles ou doseamentos, perante isto, o melhor que se possa fazer é garantir que ela ocorra com segurança, ordem e regularidade. Em suma, vê-se discursos e ações pontuais. No entanto, sem que o Estado, pelo menos, crie políticas públicas robustas e difundidas para as migrações, esta tarefa e campanhas esporádicas beira a altas possibilidades de fracasso.

Embora haja sinais de melhorias nas abordagens do governo, as boas intenções são insuficientes perante o cenário atual. O grande desafio do país, no que diz respeito as dinâmicas migratórias, continua sendo a

20 RIBEIRO, João; MACHADO, Fernando. Op. Cit., p. 15.

21 BRANCANTE; REIS. Op. Cit., p. 9.

urgente necessidade da definição de um quadro institucional que possibilite a formulação de um marco das políticas públicas especialmente dedicadas à esta temática. Caso contrário o país continuará atuando em função do que lhe for condicionado por outros atores e sem ter a verdadeira noção da matéria com a qual está lidando, visto que faltam subsídios que dariam suporte à estas tentativas de conduzir uma melhor gestão da mobilidade.

Com efeito, esta carência de mecanismos que orientem as discussões com vistas a necessária criação de políticas públicas para migrações e sirva de amparo a um processo migratório seguro, ordenado e regular, abre espaço para possíveis excessos e incertezas na atuação das entidades públicas ao mesmo tempo que não proporciona oportunidade de conscientização e orientação da população sobre o real cenário que a decisão de migrar, principalmente se for de forma indocumentada e clandestina pode significar para suas vidas.

Por outro lado, deixa o país sem grandes margens e perspectivas de ação para participar das discussões e aplicar as decisões a serem tomadas nos fóruns transnacionais que debatem estas questões. Desta forma, entendemos que esta ausência de políticas migratórias deixa o Estado guineense em situação de passividade, servindo de um simples aplicador das políticas ocidentais de contenção dos movimentos migratórios oriundos da região da África subsaariana. E como se sabe, os órgãos da EU estão cada vez mais atuando fora do continente europeu por meio da criação de postos de controle migratório nos países africanos do Magreb daí se justifica a metáfora para o título do minidocumentário “A fronteira mais fortificada da Europa fica na África”<sup>22</sup> da plataforma de notícias “Vox” sobre a Melilla.

Resquíços desse *modus operandi* também ocorrem em alguma medida na Guiné-Bissau, visto que ações permanentes de amplo alcance do Gabinete da União Europeia em Bissau têm sido levadas a cabo em diferentes projetos, mídias, setores sociais e regiões do país com finalidades de desmotivar os planejamentos daqueles que queiram migrar para o continente europeu, e isto se enquadra no que Mariama et. al. (2014) chamaram de fronteiras artificiais e/ou imaginárias, fato que o filósofo e historiador camaronês – Achille Mbembe<sup>23</sup> – descreveu em poucas palavras, porém com elevado discernimento ao colocar que “A Europa está se transformando em uma fortaleza para melhor proteger o ‘modo de vida europeu’”.

No que diz respeito às atuações das organizações internacionais e organizações que lidam com questões migratórias, se configura relevante destacar as formas que os fluxos migratórios guineenses têm sido retratados em *surveys*, relatórios e documentos oficiais de entidades como ONU por meio da OIM, observatório das migrações ACP, UA, CEDEAO e CPLP.

Os estudos da CEDEAO apontaram pistas importantes sobre a historicidade do caráter antiquado e intra-regional dos movimentos migratórios da costa Oeste africana, evidenciando que 80% das suas migrações ocorrem dentro dessa sub-região africana na qual a Guiné-Bissau faz parte e como demonstrado no tópico anterior, o país sempre esteve intensamente envolvido com estas dinâmicas. Certamente, não é por coincidência que apenas Senegal, Cabo Verde, Gâmbia e Guiné-Conacri – países vizinhos da Guiné-Bissau – acolhem mais de 50% do total de toda migração guineense<sup>24</sup>.

Por seu turno, a OIM tem sido o maior subsidiário do

22 Europe's most fortified border is in Africa. (2017), Direção: Johnni Harris. Produção: Christina Thornel. Vox (canal VOX de mídia e política), Duração: 10min 56seg. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=LY\\_Yiu2U2Ts&le=UgwMsDRYLjibBV\\_rYr54AaABAg&ab\\_channel=Vox](https://www.youtube.com/watch?v=LY_Yiu2U2Ts&le=UgwMsDRYLjibBV_rYr54AaABAg&ab_channel=Vox)>. Acesso em: 28 fev. 2020.

23 MBEMBE, Achille. (2020), “A ética de passagem contra o recuo identitário”, *Goethe-Institut*. Disponível em: <<https://www.goethe.de/prj/lat/pt/dis/21751908.html?fbclid=IwAR00O5FqsZCsT3gfXvkO0gAlkXddLhegOHDlXze9wMXVKDjkyXb4MzDuYQ>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

24 Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau. Op. Cit., p. 2.

governo na matéria dos dados estatísticos relacionados à mobilidade internacional dos guineenses, sendo da sua autoria os dados que apontam que até 2019 o país possuía um total de 103 mil emigrantes no estrangeiro. Sendo uma agência que atua dentro do sistema ONU, vale citar que a organização dos painéis de consultas com vistas a formulação das posições do governo guineense com relação ao Pacto Global para as Migrações foi dirigida pela ONU/OIM em conjunto com a Secretaria de Estado das Comunidades, órgão estatal que tem assumido dianteira dos assuntos inerentes às migrações.

A nível continental os trabalhos foram coordenados pela UA e OIM; como aponta Olawale (2019), as consultas nacionais e regionais contribuíram para formulação do Posicionamento Comum da África que foi incorporado ao texto final do Pacto Global sobre Migrações adotado desde 2018. Pela sua dimensão e relevância, não iremos discorrer sobre este documento aqui sob pena de desviarmos o foco delimitado para o presente artigo e com isso acabar não dando conta dos contornos do próprio Pacto Global, pelo que sua discussão fica reservada a futuras oportunidades.

Com relação ao observatório das migrações ACP, existem vários estudos que retratam o cenário da migração guineense, onde se destacam as abordagens sobre envio de remessas entres o espaço tripartite (África, Caribe e Pacífico), sendo relevante a ênfase dada às remessas não exclusivamente econômico-financeiras como a maior parte das literaturas apontam, mas também socioculturais ou imateriais, no espaço transfronteiriço entre gambia, Guiné-Bissau e Senegal, tais como: os *know-how* organizacionais, valores político-ideológicos, competências técnicas e outras formas de conhecimentos que são portados e disseminados pelos migrantes (GUEYE, 2014).

Ainda existem outros contributos relevantes que debruçaram acerca da migração laboral na Costa Oci-

dental da África e os grandes desafios e barreiras que ainda precisam ser transpostos até chegar numa integração regional que realmente possa representar transformações significativas no cotidiano da mobilidade das populações. Neste caso, esses desafios da integração têm constituído pautas de atuação de entidades como CPLP e CEDEAO, este último que para além da integração monetária já possui passaportes e documentos nacionais de identidade unificada para os 15 Estados membros, esses avanços são importantes porque para além de facilitarem e aperfeiçoarem o tratado de livre circulação de pessoas também dinamizam os fluxos migratórios.

Por seu turno, a CPLP também tem trilhado passos na direção de uma integração mais abrangente, embora ainda esteja menos avançada com relação à CEDEAO – algo que se entende se levarmos em conta que todos os Estados membros desta última possuem fronteiras partilhadas o que já facilita a tramitação e aplicabilidade de certos tratados, algo que não é realidade na CPLP, visto que ela envolve países localizados em quatro continentes diferentes. Contudo, importa citar que estava prevista para 2020 a assinatura da convenção sobre livre mobilidades de pessoas entre estes Estados lusófonos<sup>25</sup>.

Em síntese, com a abordagem sobre o governo guineense, buscamos demonstrar os seus empecilhos com relação à falta de estruturas governamentais dedicadas a tratar de assuntos migratórios. Por outro lado, observou-se que estas dificuldades são supridas, em parte, pelos organismos supranacionais que têm subsidiado as autoridades guineenses com dados, meios técnicos e formação de recursos humanos para auxiliar e, obviamente, influenciar as atuações do governo na sua gestão migratória, o que lhes confere alguma voz de ingerência neste quesito.

25 A versão completa do andamento deste dossiê está disponível na edição de 15 nov. 2019 da Deutsche Welle, emissora internacional da Alemanha. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mobilidade-na-cplp-perto-da-realidade/a-51271791>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

## 5. Um Olhar Sintético aos Resultados e Discussões Apresentados

Pelo que ficou evidente perante nossa exposição, nota-se que nos estudos acerca da migração guineense as categorias abaixo aparecem com mais frequência e podemos resumi-las como sendo os principais resultados encontrados em termos de categorias analíticas-chaves aplicadas pelos autores dos textos lidos.

Figura 3. Tabela síntese do estado da arte (nº 3) – Lista de ocorrência das palavras-chave de obras acessadas.

Palavras-chave	Total em nº de ocorrências
Emigração/Imigração/Migração/Migrante	31
Guineense/Guiné-Bissau	30
Mobilidade/Deslocamento transnac. e int'l	20
Desenvolvimento/Cooperação/Remessas	17
Economia/Mercado de trabalho	15
Assoc. diaspóricas/Comunidades migrantes	14
Identidades (étnica, classe)	13
Preconceito/Xenofobia/Securitização	13
Integração sociocultural/Acolhimento/DH	13
Migração circular interafricana	12
População/Demografia/Censos	11
Africanos/África	10
Família/Projeto de vida	8
Políticas públicas migratórias	8
Portugal	7
Sociologia das migrações	7
Gênero	4
Brasil	4
Migração estudantil	4
Cabo-Verde	3
<b>Total acumulado</b>	<b>244</b>

Fonte: Elaboração dos autores. Categorias sistematizadas a partir dos achados na revisão sistemática da literatura.

Com exceção do nome do próprio país e das diferentes terminologias para se referir às mobilidades, as temáticas mais recorrentes nas bibliografias primárias analisadas dizem respeito as classes, etnias, contribuição dos migrantes para o desenvolvimento do país, suas motivações, condicionantes, desafios de integração etc. sendo que a categoria “gênero” apareceu em escassas bibliografias<sup>26</sup>.

Para operacionalização dos trabalhos, esses estudos seguiram aportes metodológicos de coleta de dados

através de entrevistas presenciais ou por meios digitais/eletrônicos, relatos da história de vida, observações de comunidades migrantes, aplicação de formulários online e uso de matérias disponíveis na mídia em geral. Isto provavelmente se deve a algumas limitações logísticas e orçamentárias, uma vez que parte dos autores dessas pesquisas são jovens estudantes no estrangeiro com escassos meios de se deslocarem ao terreno ou até por falta de disponibilidade de seus entrevistados que na maioria das vezes são trabalhadores com jornadas bastante extensas.

Figura 4. Tabela síntese do estado da arte (nº 4) – Procedimentos metodológicos aplicados pelos trabalhos lidos.

Abordagens metodológicas	Total em nº de ocorrências
Qualitativa (pesq. bibliog./etnográfica/história de vida)	31
Métodos mistos (quali & quanti)	16
Metodologia quantitativa (survey/censo)	13
<b>Total acumulado</b>	<b>60</b>

Fonte: Dados da pesquisa sistematizados pelos autores a partir de títulos coletados e analisados com base em Nascimento (2016)<sup>27</sup>, Marconi e Lakatos (2017)<sup>28</sup>.

No tocante aos aportes bibliográficos: teses, livros, dissertações, artigos, relatórios, documentos oficiais, etc. serviram de suporte para os estudos. Estas contribuições fazem recortes espaciais ligados aos locais de origem dos migrantes, Guiné-Bissau, em paralelo com as sociedades de destino, sendo que os estudos delimitaram públicos-alvos temporalmente correspondentes a uma dada geração de migrantes. Por seu turno, os próprios migrantes, estudantes/pesquisadores, os países e as instituições – nacionais e estrangeiros – envolvidos nas trajetórias desses migrantes fazem parte dos principais personagens encontrados em nossas buscas e que aparecem retratadas nos textos lidos.

No aspecto teórico, o conjunto das bibliografias confirmaram a presença do caráter interdisciplinar e transdisciplinar que nortearam a formação da própria Sociologia das Migrações<sup>29</sup>. Embora poucas pesquisas tenham feito esse nexo interdisciplinar em uma só obra, é uma lacuna importante e nova pauta de pesquisa que se abre, na medida que leituras interdisciplinares possibilitam ter uma visão micro e ao mesmo tempo macro das mobilidades e possibilidades dos migrantes guineenses. Se as futuras pesquisas seguirem este *script* talvez possam surgir daí debates mais complexos e explicações mais próximas da compreensão do fenômeno migratório na Guiné-Bissau.

Figura 5. Tabela síntese do estado da arte (nº 5) – Concepções teóricas e correntes de pensamento adotados pelos autores das obras lidas.

Abordagens teóricas	Total em nº de ocorrências
Modelo dual: atração-repulsão (leitura econômica push-pull)	17
Top-down/Macrossociológicas (viés econômico e mercado laboral)	21
Sistema mundo (leituras mistas: estrutural e cultural)	18
Socioculturais (redes, dinâmicas e instituições sociais)	17
Bottom-up/Microsociológicas (história, trajetória e projeto de vida)	13
Pós-coloniais (raça, classe, tradição, etnia, religião, gênero etc.)	15
<b>Total acumulado</b>	<b>101</b>

Fonte: Elaboração própria com base em Durand e Lussi (2015).

Embora tenhamos apontado críticas aos aspectos teóricos, os estudiosos das migrações guineenses demonstraram ter acompanhado as grandes tendências teórico-literárias no campo dos debates migratórios, tendo transitado das teorias com aportes de bases econômicas para aquelas com predominância de fundamentos socioculturais. Esta mudança ficou perceptível desde a virada do século XX para as primeiras décadas do século XXI<sup>30</sup>.

## 6. Considerações Finais

Um dos pontos relevantes constatado em nossas buscas parece estar relacionado às oscilações dos autores das nossas fontes primárias entre as teorias econômicas e as influenciadas por elementos socioculturais. Entretanto, este aspecto pode não constituir um problema conceitual se concordarmos com estudos que argumentam a favor da complementariedade em vez de antagonismo destas duas possibilidades para se ter uma melhor compreensão da mobilidade humana. É o caso do Holton (1995) citado pelo Ribeiro (2007) que “na sua lista dos fenômenos econômicos, considera movimentos sociais, e valores culturais, como elementos a considerar quando se fala da economia e sociedade”.

Partindo disso, ao explicarmos que os fluxos migratórios na região que hoje é a Guiné-Bissau começaram antes da presença colonial na África, conviveram com esta presença e tendo se expandido para outros quadrantes mundiais nas últimas quatro décadas, sempre movidas por diversificadas conjunturas sociais, econômicas, políticas e de redes culturais que foram criadas durante este longo e contínuo processo. Espera-se, portanto, termos conseguido responder a inquietação inicial do presente trabalho que girava em torno de conhecer essas rotas migratórias, suas motivações e formas que ela se deu ao longo desse tempo.

No concernente ao estado da arte e as tendências que elas podem seguir, julgaram-se satisfatórias as fontes selecionadas para este estudo, sendo que as observações apontam para três momentos-chaves que atuaram para definição do corpus teórico que compõe os estudos migratórios na Guiné-Bissau, o primeiro deles vem desde a época colonial com as publicações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, no pós-independência com as pesquisas desenvolvidas pelo INEP-GB e finalmente os trabalhos mais recentes feitos em universidades e centros de estudos sediados, principalmente, onde se tem as maiores concentrações da diáspora estudantil guineense que são os casos de Portugal e Brasil.

Perante o aumento da população diaspórica guineense e também considerando o fortalecimento dos fluxos intra-regionais, a indicação é que se desenvolvam cada vez mais estudos neste campo, direção na qual este trabalho pretende contribuir, uma vez que não faltam novos horizontes, questões, agendas e linhas para pesquisar neste campo e contexto de estudo.

A interseção entre as pesquisas acadêmicas, atuações do governo e das organizações internacionais constitui um dos contributos e descobertas que o artigo aponta, visto que esta conjugação teve impactos reais no modelo que a gestão da mobilidade guineense é operada e se forem devidamente utilizadas pelas autoridades nacionais podem proporcionar mais benefícios e estabilidade para os fluxos migratórios e os que participam deles.

Por outro lado, acredita-se que o próprio Estado guineense e as instituições internacionais referenciadas durante este trabalho também são relevantes para os processos da mobilidade. Na verdade, entendemos que se os responsáveis pela gestão dos processos migratórios conseguissem incorporar a guinada que os estudos teórico-empíricos das migrações estão tendo em direção a uma abordagem cada vez mais diversificada, interdisciplinar e complexa que leva em conta múltiplas variáveis,

situações, condicionantes, etc. poderíamos esperar um aprimoramento na gestão migratória global e especificamente no cenário guineense.

Entretanto, nem tudo está perdido porque ainda se avista um cenário de possíveis mudanças que proporcionem mais dignidade aos que escolhem viver longe de suas casas por conta dos mais diversos motivos. Aliás, as contribuições das organizações da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e comunidade científica em geral no debate para construção das propostas do “Pacto Global para Migração Segura Ordenada e Regular”, assinado por 164 países em 2018, podem ser encarradas enquanto este cenário de possíveis mudanças já em andamento.

Por fim, apesar dos dados apontarem para uma tendência majoritariamente marcada pelos movimentos circulares e dinâmicas intra-regionais<sup>31</sup>, notou-se que as bibliografias sobre a mobilidade guineense se concentram mais em estudar as migrações internacionais para Europa, com uma atenção especial para Portugal, embora que nos últimos tempos o Brasil também tem tido ênfase nestes estudos.

Vale ainda reconhecer que de uns anos para a atualidade tem tido mudanças de praxe, nomeadamente a partir do início dos anos 2000 à esta parte, com uma tendência – embora fraca – de adoção dos vieses teóricos socioculturais e pós-coloniais, mas ainda assim se dá pouco ênfase para fluxos circulares e intra-regionais.

Neste sentido, os pesquisadores dos nossos países vizinhos, nomeadamente – Senegal, Gambia, Gana, Nigéria e um número ínfimo de guineenses – ligados ao Observatório das migrações ACP têm preenchido estas lacunas e se debruçado nesta perspectiva, buscando conexões das mobilidades intra-regionais e circulares entre a Guiné-Bissau e esses outros países, tentando

inferir de que forma isso tem influenciado as dinâmicas regionais na África Ocidental e/ou em todo continente. Fica o desafio para, nos futuros trabalhos e espaços de discussão, acompanharmos o debate acerca das migrações no nosso entorno transfronteiriço e porque não em outros espaços e regiões do Sul Global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alexandre. (2011), “Mobilidade e migração na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais”, *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, III Série, no. 24: 145-161.
- ALMEIDA, Jalcione; ROSENFELD, Cinara L. (2018), “A Sociologia e as migrações”. *Sociologias*, Porto Alegre, vol. 20, no. 49: 9-15. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222018000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- AWUMBILA, Mariama; BENNEH, Yaw; TEYE, Joseph Kofi; ATIIM, George. (2014) “Traverser des frontières artificielles: une évaluation des migrations professionnelles dans la région CEDEAO”, *ACP/OIM: 1-168*.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, J. O. S. (2019), “Espaços das Migrações Transnacionais: perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no século XXI”, *REMHU*, Brasília, v. 27: 35-60.
- BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. (2002), “O Universo Familiar de Relações: a base cotidiana dos estrangeiros (São Paulo, 1827-1878)”, *XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Ouro Preto/MG: 2-25.
- BORGES, Manuela. (2010), “Migrações e gênero: acerca das migrações guineenses em Portugal”, *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa: 1-20.
- BRANCANTE, Pedro Henrique; REIS, Rossana Rocha. (2009), “A ‘securitização da imigração’: mapa do debate” *Lua Nova*, São Paulo, no. 77: 73-104. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452009000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- CANDÉ MONTEIRO, A. O. (2011), “Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense”, *Revista A Cor das Letras/UEFS*, v. 12: 223-238.
- CARDOSO, Fernando Leonardo. (2002), “Subsídios para o estudo do movimento migratório na Guiné-Bissau”, *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, no. 003: 29-50. Disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_11331](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11331)>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- CASTLES, Stephen. (2010), “Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 36, no. 10: 11-46.
- CEDEAO. (2016), *Estudo sobre as políticas de migração na África Ocidental*. Dakar, Druckerei DGS Wien. Disponível em: <[https://fmmwestafrica.org/wp-content/uploads/2017/02/pt-A\\_Survey\\_on\\_Migration\\_Policies\\_in\\_West\\_Africa\\_PO\\_SOFT2nd.pdf](https://fmmwestafrica.org/wp-content/uploads/2017/02/pt-A_Survey_on_Migration_Policies_in_West_Africa_PO_SOFT2nd.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- CEITIL, José Júlio Mocho. (2017), *Sair da Guiné Bissau à boleia do futebol: a migração de jovens guineenses para Portugal e a sua inserção no país de acolhimento (1998-2015)*. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas – ISCTE/IUL, Lisboa.
-

- CÓ, João Ribeiro Butiam. (2011), “Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias de atores envolvidos no processo”, *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, III Série, nº 24: 131-144.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Migração guineense e retorno: um mito ou uma realidade desencorajada?*. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Sócio-ganizacionais da Atividade Econômica) – ISEG/UTL, Lisboa.
- \_\_\_\_\_. (2004), “Associações das comunidades imigrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”, In: R. Blion e N. M. Boumaza (coord.), *Europe des Migrations, Europe de Development*, Paris, Karthala.
- \_\_\_\_\_. (2007), “Os limites da racionalidade migratória guineenses: redes, capital social e determinantes socioculturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas”, *SOCIUS Working*, Lisboa, no. 4: 4-37.
- COSTA, Bernardino Ambrósio da. (2016), *Diáspora Guineense como Agente de Desenvolvimento Local: o papel das Associações Guineenses em Portugal nos Projetos de Cooperação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento) – Escola de Ciências Sociais e Humanas/ Departamento de Economia Política ISCTE, Lisboa,
- COUTINHO, Ângela. (2012), “As trajetórias dos fundadores do PAIGC (1923-1960)”, *Colóquio int'l Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência*, Lisboa: 21-23. Disponível em: <<https://colociocv.gb.files.wordpress.com/2013/06/p03c02-angela-coutinho.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. (2015), *Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações*. São Paulo, Paco Editorial.
- FOUCAULT, Michel. (1997), *História da sexualidade: 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GODINHO, Suzana Miguel. (2007), *Novos possíveis: estratégias identitárias de mulheres oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa/ISCTE, Lisboa.
- GOMES, Davidson Arrumo. (2010), *Integração da comunidade de Guiné-Bissau em Cabo Verde: o caso da Praia*. 133 f. Trabalho de Conclusão de Curso – monografia (Licenciatura em Ensino de História) - Departamento das Ciências Sociais e Humanas/Universidade de Cabo Verde, Praia.
- GONZÁLEZ, David. (1995), “Os primeiros guineenses em Cuba”. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, no. 019: 3-24. Disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_11336](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11336)>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- GUEYE, Doudou Dièye. (2014), “Transferts immatériels et migrations sud-sud: quel impact sur le développement local en Casamance, Gambie et Guinée-Bissau?” *ACP/OIM* :72.
- GUINÉ-BISSAU. Governo da Guiné-Bissau. (2019), *Programa de emergência do governo da x legislatura*, Bissau.
- \_\_\_\_\_. Governo da Guiné-Bissau. (2019), *Programa do Governo da X Legislatura (2019-2023)*, Bissau.
-

- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. (2009), “Migrações”, *In*: INE-GB (coord.), *Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009*, Bissau, Inacep. Disponível em: <<https://dataspace.princeton.edu/jspui/bitstream/88435/dsp01w6634600z/2/DSPACEGuineaBissaucensus2008migration.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Assuntos Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades. (2008), *França – Guiné-Bissau, Documento Quadro de Parceria (DCP, 2008-2012)*, Bissau.
- HENRIQUES, Maria Adelina. (2010), *Argumentos para uma viagem sem regresso. A emigração PALOP por via da saúde: um estudo de caso*. 126 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Sociologia da População) – ISCTE/ Instituto Universitário de Lisboa.
- INDEQUI, Jairson Carlos. (2012), *Envio de Remessas Informais de Emigrantes Guineenses*. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico) – Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas – ISCTE/IUL, Lisboa.
- LIMA, Arieche Kitiane. (2012), “Migração e subjetividade: Uma revisão de literatura sobre o processo migratório e suas implicações psicossociais”, *I Seminário internacional sociedade e fronteiras*, Boa Vista. Disponível em: <<http://ufr.br/ppgsof/index.php/component/phocadownload/category/4-anais-comunicacao.html?download=111:012>>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- LIMA, Samuel de Andrade; LIMA H. M. Ferreira. (2016), “Formação acadêmica guineense no Brasil: cooperação e multiculturalismo”, *Revista de Ciências Humanas – Educação*, v. 17, no. 28: 60-81.
- LUCAS, Romão P. Júnior. (1991), “Índice Geral do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa – publicação trimestral [inclui bibliografias do Antônio Carreira]”, *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas*, Bissau, anos: 1946–1973, no. 1 a 110: 1-77.
- M’BALI, Faustino. (1989), “O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento”, *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, no. 008: 63-86. Disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_11347](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11347)>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- MACHADO, Fernando Luís. (1998), “Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e emigrantes”. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, no. 26: 9-56.
- \_\_\_\_\_. (2003), “Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal”. *In*: G. I. Cordeiro; L. V. Baptista e A. F. Costa (org.), *Etnografias Urbanas*, Lisboa, Etnográfica Press.
- MAIYEGUN, Olawale. (2019), “Papel dos processos consultivos regionais na condução das negociações do pacto global sobre migração: o caso da África”, *Revue Internationale Migration*, vol. 57, no. 6: 258-272. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/imig.12604>>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo. (2018), “Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente”, *Sociologias*, v. 20, no. 49: 18-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v20n49/1807-0337-soc-20-49-18.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

- PATARRA, Neide Lopes. (2006), “Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais”, *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, no. 57: 7-24. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- PEIXOTO, João. (2004), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, nº 11: 2-36. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2019.
- REIS, Rita Antunes dos. In Del e SNP: (2014), *Caracterização Genética das Populações Imigrantes de Cabo Verde e Guiné-Bissau a residir na Região de Lisboa*. 139 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Molecular em Saúde) – Escola Superior de Saúde Egas Moniz/Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Lisboa.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. (2019), “Luanda, Lisboa, Paraíso?”, *Buala*. Disponível em: <[https://www.buala.org/pt/a-ler/luanda-lisboa-paraizo?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+buala-pt+%28BUALA%29](https://www.buala.org/pt/a-ler/luanda-lisboa-paraizo?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+buala-pt+%28BUALA%29)>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- RIBEIRO, Renata Maria Franco. (2018), “Africanos guineenses: migração para fins estudantis na “Terra luz” Fortaleza – Ceará”, *Revista África e Africanidades*, ano X, no. 28: 1-11.
- RIBEIRO, Rui. (1986), “Os Censos e as sociedades camponesas”, *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, nº 001: 109-124. Disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_11332](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11332)>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. (2000), “Teorias das Migrações Internacionais”, *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP*, sessão 3: 1-19. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969/934>> Acesso em: 20 jan. 2019.
- SILVA, Antônio Gislailson Delfino da. (2016), *Trajetórias de estudantes guineenses no brasil: do processo de integração ao regresso/retorno*. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras/UNILAB, Ceará, Brasil.
- SUBUHANA, Carlos; IMPANTA, Iadira Antônio. (2016), “Gênero e Migração: cruzando histórias e trajetórias das estudantes guineenses na UNILAB, Ceará, Brasil”, *III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades*, Brasília/DF: 1-21.
- TAVARES, Wilton Rosário Smedo. ANDRADE, Luma Nogueira de. (2015), “O processo de migração dos jovens guineenses para o acesso à educação superior na UNILAB”, *Anais da II Semana Universitária: 1-4*.
- TCHAM, Ismael. (2012), “Caminhos de Formação Acadêmica dos Estudantes Africanos no Mundo e no Brasil: Chegadas, estratégias de Permanência, Sociabilidades, Dilemas e Retornos Possíveis”. *Gênero & História*, v. 09: 145-167.
- UNITED NATIONS. (2019.a), Department of Economic and Social Affairs. International Migrant Stock 2019: Country Profile Guiné-Bissau. Source: UN DESA.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima. (2010), “Os migrantes e o (s) território (s). Na busca pela segurança ontológica. I ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Faro, Portugal, 2010. 35 p. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/pdfs/fatima5>> Acesso em: 26 dez. 2019.
-